

ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h14, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0240/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos à votação das demais matérias e o deputado Padre Pedro Baldissera assumirá a Presidência.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença do vice-prefeito de São Lourenço do Oeste, Daniel Rodrigo Hippler e do vereador Adilson Sperança, que se

encontram hoje em Florianópolis e em nome deles cumprimentar todos os moradores da região e em nome também do nosso amigo Cairu Hack.

O Sr. deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, hoje é o Dia Internacional da Juventude e justamente neste dia perdemos mais um jovem.

Nesta manhã, um jovem querido da região de Balneário Camboriú, conhecido como Júnior do Esporte Balada. Este jovem foi brutalmente assassinado na cidade de Porto Belo, por um motivo dos mais ridículos e torpes. Ele estava com o som alto, houve uma discussão e este jovem acabou sendo assassinado.

Quero deixar aqui meus sentimentos a sua esposa Eliane e a todos os seus amigos. E esperamos que isso não aconteça mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continuaremos a Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n. 0014/2015.

Comunica, outrossim, que a mesma comissão apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0099/2015 e 0206/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0075/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de lei n. 0084/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0092/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0095/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0115/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0234/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0201/2015, de origem governamental, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito do Instituto-Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade da matéria.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero só registrar, nós até podemos votar favorável sobre a questão da admissibilidade, mas nós queremos fazer um debate nas comissões. Esse é um dos temas que a gente tem muito interesse, tem muita expectativa dos trabalhadores nesses vários órgãos, não só do Instituto-Geral de Perícias, mas da Segurança Pública num todo.

Então, pretendemos fazer esse debate depois nas comissões, inclusive, propor uma audiência pública. Já conversamos com vários deputados aqui nesta Casa.

Só para registrar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Lembrando, deputado Dirceu Dresch, que votaremos apenas a admissibilidade da matéria.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sobre essa medida provisória. Só para confirmar, gostaria que fosse anunciado qual é a próxima comissão, já que ele sai da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Vai para a comissão de Finanças e Tributação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Comissão de Finanças. Porque há uma dúvida sobre isso e eu falava, inclusive, para o Beto, com relação a

isso, qual é a comissão de mérito que vai tratar dessas três medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Isso, na sequência, ela volta à comissão de Finanças e Tributação. Aí nós temos a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que deverá ser a comissão de mérito desta medida provisória.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0202/2015, de origem governamental, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito das instituições militares estaduais e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, houve um debate na comissão de Constituição e Justiça sobre essa matéria e o compromisso do encaminhamento de uma audiência pública chamando todos os interessados para definir o tema.

Eu, particularmente, quanto ao mérito, tenho muitos questionamentos divergentes sobre a forma que foi apresentada, entretanto, vou votar favorável à admissibilidade, com o compromisso efetivo de, nas comissões, aperfeiçoar essa medida. O próprio governo já entende que pode melhorar a matéria e buscar uma ampla discussão.

Então, é nesse sentido que eu manifesto para evitar qualquer posicionamento ou interpretação errada quando votamos a admissibilidade e parecer que somos a favor do projeto. Eu tenho pontos divergentes no projeto. Vamos votar favorável à admissibilidade permitindo que as comissões de mérito possam aperfeiçoá-lo num amplo diálogo entre os segmentos e o governo para chegar a um

consenso para, quem sabe, votarmos sem conflito a matéria nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Feita a manifestação do deputado Gean Loureiro, claro que a partir da sua admissibilidade é que a matéria ela ganha toda uma outra dimensão de debate, de discussão, por parte de todo o Parlamento Catarinense.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da medida provisória.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0203/2015, de origem governamental, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0200/2015, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, Badesc, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015 e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, eu considero de grande mérito este projeto de lei. Só gostaria de comunicar que considero elevada a prática para uma Agência de Fomento Estadual de juros de 9% ao ano acrescido de TJLP. O mesmo que na mobilidade 2, de reposição de máquinas, de juros de 6% mais TJLP.

Então, parece-me que uma taxa de juros praticada por uma Agência de Fomento do estado que provavelmente tem garantia do pagamento dos municípios, via retenção eventual de repasse aos municípios, bem como dos juros pagos pelo Tesouro Estadual, que essas taxas eu entendo que perante outros bancos de fomento público, federal inclusive, essa me parece uma taxa elevada.

A título de comentário, mas sou favorável ao mérito.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu não estive na reunião na semana passada na comissão de Finanças e Tributação porque estava em Brasília acompanhando os prefeitos dos municípios atingidos.

Na audiência com o governador e os secretários foi discutido que o estado vai fazer durante esta semana um levantamento da demanda que tem para os municípios atingidos.

Então, a expectativa, de fato, é que esse recurso chegue o mais rápido aos municípios e possa suprir essa demanda de mais de 100 empresários que perderam diversos produtos e atividades econômicas nos municípios atingidos, especialmente Saudades, Coronel Freitas e Maravilha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch.

Não havendo quem queira o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0470/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, Turismo e Meio Ambiente e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0043/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Blumenau (Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0242/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0010/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Jardim Maristela, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0149/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música -, de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0165/2015, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, de Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0420/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0146/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca dos recursos provenientes do empréstimo realizado junto ao BNDES em 2012, das obras e dos

programas destinados à prevenção aos efeitos da estiagem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção 0097/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente do Senado, manifestando apoio pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0130/2011, que propõe multa ao empregador que pratica discriminação salarial contra mulheres.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, Santa Catarina é um estado que orgulha a todos os catarinenses.

A economia de Santa Catarina reflete os índices mais elevados de crescimento, de alfabetização, de emprego, de renda *per capita* muito superior à média nacional, inclusive garantindo uma melhor qualidade de vida para todos os catarinenses.

Os índices sociais de Santa Catarina também são destaques, são dos melhores do país, é o sexto estado mais rico da federação, com a economia diversificada e também industrializada, é um estado importante na exportação dos seus produtos, no consumo dos seus produtos, é responsável pela expansão econômica nacional, 4% do Produto Interno Bruto do País.

Possui um alto índice de expectativa na longevidade, então nós só podemos falar coisa boa do estado de Santa Catarina.

Quanto à aprovação desta moção, é que infelizmente, no nosso estado, as nossas mulheres

não têm a dignidade que elas se fazem merecedoras. Por exemplo, o estado de Santa Catarina é um estado onde, infelizmente, para trabalhos iguais, entre homem e mulher, a mulher sempre ganha menos do que o homem.

Então, esse projeto de lei que se encontra no Senado Federal é para garantir também, no nosso estado e em todos os estados da federação, que trabalhos iguais têm que ter salários iguais, por isso peço o apoio de todos os parlamentares nesta Casa.

Porque isso, também, sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, é uma forma de violência contra a mulher. Se trabalha igual, por que ganha menos, não é, deputado presidente Padre Pedro Baldissera? Nem na igreja é assim, não é deputado Padre Pedro Baldissera? Então, também, nas nossas indústrias, no nosso comércio, a mulher fazendo o mesmo serviço que o homem tem que ganhar o mesmo salário que o homem.

Até porque, sr. presidente, a mulher sempre trabalha mais que o homem e por isso não ganha mais que o homem, em casos específicos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação da deputada Ana Paula Lima, serve como exemplo esta Casa, que paga igualmente homens e mulheres parlamentares.

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0098/2015, de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ao ministro Dias Toffoli e ao procurador-geral da República manifestando repúdio à Ação Direta de Inconstitucionalidade 5354, que tramita no STF contra o art. 112, Parágrafo Único da Constituição do Estado e o art. 12, §1º da Lei 16.157/13, que tratam da possibilidade de Bombeiros Voluntários realizarem

vistorias e fiscalizações e lavrarem autos de infrações referentes às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, por delegação dos municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Requerimento n. 0768/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem ao Presidente do Tribunal de Contas do estado, solicitando informações se existem agentes públicos, titulares de mandato, cargo, emprego ou função pública, civil ou militar, de caráter temporário ou não, investidos por eleição, nomeação, designação, contratação ou por qualquer outra forma ou vínculo, que recebem mensalmente remuneração superior ao teto constitucional de R\$ 33.763,00.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0763/2015 e 0764/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0765/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0766/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0767/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0769/2015, de autoria do deputado Patrício Destro.

Esta presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0633/2015 e 0634/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0635/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0636/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0637/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar;

0638/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch;
0639/2015, de autoria do deputado Patrício Destro;
0640/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro;
0641/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta;
0642/2015 e 0643/2015 de autoria do deputado
Níkolás Reis.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito,
deputado Jean Leutprecht, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr.
presidente, srs. deputados e ouvintes da TVAL e
Rádio Digital Alesc, gostaria de tratar de um
assunto muito importante para o nosso estado, que
é o turismo.

(Passa a ler.)

"Vivemos em um dos estados com o maior
potencial turístico do Brasil, com nossas belas
praias, os monumentos históricos, nosso potencial
para acolher grandes eventos, a cultura, tradição
e a gastronomia dos imigrantes que escolheram
Santa Catarina como sua terra, são elementos que
reafirmam nosso estado como destino turístico de
milhares de pessoas, do Brasil e do mundo, todos
os anos, mas que nem sempre tem o aproveitamento
devido.

Hoje, gostaria de destacar o turismo
religioso, um turismo que vem se destacando e
crescendo cada dia mais. São 135 pontos turísticos
distribuídos em 66 municípios, com calendário
festivo e fluxo contínuo de turistas durante todo
o ano, movimentando a economia local e
contribuindo para a geração de emprego e renda.

Destaco aqui o Santuário de Santa Paulina, em
Nova Trento, onde repousam relíquias da santa
catarinense e tem uma média de 40 mil visitantes
todos os meses, o Congresso Internacional de
Missões dos Gideões, em Camboriú, que reúne
milhares de fiéis todos os anos, o Marco das Três
Fronteiras, em Dionísio Cerqueira, onde se
encontra o monumento com as imagens de Nossa
Senhora Aparecida (padroeira do Brasil) e da
Virgem de Luján (padroeira da Argentina) - cada

voltada em direção ao seu país de origem, e atrai peregrinos das duas nações.

Da mesma forma citamos Imaruí, com a gruta da Bem Aventurada Albertina Berkenbrock e o concorrido circuito religioso de Angelina; a mesquita islâmica e as igrejas de Lages, os roteiros do Vale do Contestado. E não poderia deixar de destacar o bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul, do bem aventurado padre Aloísio Boeing, e a Chiesetta Alpina, no morro da Boa Vista, marco da imigração italiana no município.

Srs. deputados e sras. deputadas, só em 2014 o turismo religioso atraiu 17,7 milhões de pessoas no Brasil, com um gasto médio de R\$ 140,00 por dia. Mesmo tendo um número de atrativos religiosos acima da média nacional, Santa Catarina recebeu 840 mil fiéis, que visitaram nossos santuários no mesmo período. Mostrando que nós podemos ainda ampliar muito mais essa visitação e com isso movimentar a economia através do turismo religioso.

Consideramos que não basta identificarmos o grande potencial de nosso estado para o turismo religioso, mas é necessário que haja investimento em infraestrutura e incentivos para que os municípios e a iniciativa privada estejam prontos para acolher esses turistas.

Destaco também que, na tarde da última segunda-feira, na prefeitura de Jaraguá do Sul, participei do ato que marcou a assinatura do convênio para a pavimentação do acesso à Chiesetta Alpina. Esse recurso veio do governo federal, através do ministério do Turismo, e aqui quero destacar a parceria com o deputado federal Mauro Mariani, grande liderança do PMDB. O ministério do Turismo destinou R\$ 897 mil para essa obra, que deverá ter a contrapartida de R\$ 105 mil da prefeitura municipal.

Quero registrar aqui o nosso agradecimento em nome de Jaraguá do sul e de toda a região norte por esse importante investimento que está sendo feito focando no turismo religioso.

Registro também minha participação no encontro estadual do grupo de trabalho de turismo

religioso, da SOL, realizado no final de julho no bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul, onde estão enterrados os restos mortais do padre Aloísio, que recebe um número bastante significativo de peregrinos, mas que carece de uma nova infraestrutura para que possa num segundo momento, nos moldes do município de Nova Trento, estar recebendo os muitos fiéis que estarão se reportando aquela região.

Na mesma linha gostaria de destacar que desarquivamos o Projeto de Lei n. 0124/2013, da deputada Angela Albino, que nos antecedeu nesta Casa, que dispõe sobre a instituição de diretrizes para o turismo religioso em nosso estado. O projeto também terá o envolvimento direto do companheiro e amigo deputado Dr. Vicente Caropreso, que é da nossa região, bem como de outros deputados que atuam nessa questão do turismo religioso. O projeto cria mecanismos que possibilitam incentivar a ampliação dos fluxos turísticos, a permanência de turistas e os gastos nas cidades com atrativos religiosos. Assim, com mais esse projeto e com uma ação efetiva do governo, poderemos estar incrementado o turismo religioso neste estado.

Acredito que esta Casa, sr. presidente, possa assumir o papel de protagonista na articulação de ações junto ao governo do estado, governo federal, municípios e iniciativa privada. A comissão de Turismo desta Casa certamente terá esse assunto como referência num próximo momento, porque o turismo religioso vem crescendo muito e movimenta a economia.

Então, é importante que Santa Catarina possa explorar melhor esse segmento turístico e que assim possa haver mais geração de emprego e renda nos municípios onde esses santuários se encontram."

Gostaríamos que esta Casa, além das outras demandas que tem, também se empenhasse no encaminhamento e nas ações efetivas desse projeto. Quero também me colocar à disposição até pela experiência que tenho hoje no município de Jaraguá do Sul na área do turismo e do esporte para

contribuir não apenas neste momento como deputado, mas na sequência com várias informações e encaminhamentos.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Níkolás Reis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas e aqueles que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e os que se encontram no plenário.

Sr. presidente, disputei a eleição de 2012, em Itajaí, concorrendo com o atual prefeito Jandir Bellini, o que me colocou durante muito tempo, deputado, na condição de oposição, de alguém que se posiciona criticamente e de maneira a contribuir, inclusive, com o próprio governo, afinal na república e na democracia é fundamental que se tenha o contraditório e que a sociedade se organize de maneira a apoiar, mas também apontar certas críticas.

Hoje, pertenço a um partido que compõe a base do prefeito com quem eu concorri, mas de maneira sempre muito transparente, nós tivemos a gestão da minha filiação de maneira, absolutamente, transparente, mas passou esse diálogo de que eu, enquanto figura pública, continuaria sendo crítico até o final do governo em que pese que não é hora de fazer críticas, exatamente, porque o governo passa por momentos complicados e o nosso papel, nesta Casa, na verdade, é ajudar.

Faço essa introdução para dizer que esse discurso tem condão, apesar de fazer algumas críticas, ele tem, sobretudo, o objetivo de contribuir com o prefeito Jandir Bellini, em Itajaí.

A nossa cidade possui 202 mil habitantes, é a sétima cidade em número de população no estado, primeira arrecadação de tributos estaduais, primeira arrecadação de tributos federais, passamos Joinville no produto interno bruto, hoje

somos a maior economia de Santa Catarina, o maior porto exportador de congelados do Brasil. Temos em razão da atividade portuária uma cidade, cuja economia é fundamentada, basicamente, no setor de serviços, que na verdade é periférica ao porto. Mas somos também uma cidade que tem indústria, isso pouco se diz. Nós temos uma indústria em franco desenvolvimento na região, que chamamos de estrada de Brusque, na Itaipava, no Arraial dos Cunhas, no Limoeiro, etc. Temos uma indústria de construção naval com altos e baixos, mas que é uma indústria extremamente forte. Uma indústria metalmeccânica e metalúrgica que também se desenvolve de maneira bastante avançada. E temos a indústria da pesca, essa sim é a maior do Brasil, Itajaí. Somente Itajaí responde por 25% da produção de pescados em todo o país. Itajaí junto com Navegantes é o maior desembarque de pescados da América Latina, temos mais de 50 empresas que beneficiam o pescado. São 250 armadores, mais de 500 embarcações de pesca industrial, fora a pesca artesanal, etc. Temos 10.860 empresas, 77 mil assalariados, em torno 90 mil pessoas ocupadas, isso dados do cadastro central de empresas. Temos a Univali, temos o Instituto Federal de Santa Catarina, somos uma cidade rica de um povo extremamente trabalhador, empreendedor, etc.

Mas nós temos, sr. presidente, também uma série de problemas, uma série de gargalos que precisam de uma vez por toda serem resolvidos. E é somente por essa razão, deputado Jean Leutprecht, que uma vez mais venho a esta tribuna falar de Itajaí, não me cansarei no período em que eu estiver aqui, de falar sobre Itajaí, de falar sobre Navegantes, de toda a nossa região, porque precisamos ser ouvidos, os nossos problemas precisam ser atendidos tanto pelo governo do estado quanto pelo governo federal.

Então, na tarde de hoje, apresentei um conjunto de duas indicações, as duas dirigidas à Presidência da República, requerendo a disponibilização de maior efetivo de funcionários tanto para o ministério da Agricultura quanto para a Receita Federal do Brasil, ela se une a outra

indicação que eu já havia feito com teor bastante semelhante à Anvisa.

Eu tenho amigos importando pelo aeroporto de Confins, em Minas Gerais, saindo do porto, do Complexo Portuário de Itajaí, porque está mais fácil de liberar a carga.

Então, é fundamental que o governo estadual e o federal possam agir de maneira que o nosso porto continue competitivo com relação ao resto do país, porque com isso ganhamos, nós da região, mas toda Santa Catarina.

Depois que foi duplicada a BR-101, a grande maioria dos municípios na execução da obra tiveram a execução das vias marginais e Itajaí tem a maior frota *per capita* de caminhões do estado e, tinha na época a segunda maior frota em números absolutos e foi a única cidade que não ganhou as marginais e até hoje estamos lutando por isso.

Mas os nossos trevos ficaram do jeito que foram executados, de maneira que do ponto de vista da engenharia não conseguimos entender o que eles são. Nós temos uma ligação importante via Jorge Lacerda com Blumenau e outra com Antônio Heil que liga a Brusque, os nossos trevos são grandes gargalos. Nós temos a via portuária que começou a sua execução, fizemos a primeira etapa, mas a segunda e a terceira estão lá e não há qualquer sinalização que a obra saia do papel. É uma obra determinante para o nosso desenvolvimento, para criarmos um pouco de segurança para as pessoas e famílias que vivem nas regiões de Cordeiros, São João e São Vicente, mas sobretudo para facilitar o escoamento da produção.

Nós temos a chamada rótula do Vanolli, em Itajaí, que é o símbolo da nossa falta de competência para resolver os nossos gargalos, porque aquela é uma obra simples que com mais ou menos R\$ 4 milhões constrói-se um elevador e nós estamos lá diariamente sofrendo. Também temos o Hospital Pequeno Anjo que também requer a todo o momento ajuda do governo do estado, praticamente implora, suplica, faz campanha e não tem um planejamento de longo prazo que possa dar um

atendimento mais eficiente para as nossas crianças.

Enfim, temos problemas sérios que faço questão de mais uma vez ecoar desta tribuna porque Itajaí precisa ser olhada com mais carinho por tudo aquilo que representa do ponto de vista da economia e da população. Itajaí é grande e precisa ser olhada como grande, bem como estendo isso a Navegantes, cidade irmã, e a toda a nossa região.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado, apenas gostaria de corroborar com as suas colocações. Eu que venho semanalmente de Jaraguá do Sul para cá passo ali BR-101, na região de Itajaí, e se nós não definirmos alguns horários, não escolhermos alguns momentos para passar por lá, é quase inviável. O crescimento da região, não apenas de Itajaí, em função do porto, tem criado um gargalo muito forte naquela região e a sua preocupação é pertinente, seu trabalho como deputado estadual é muito importante neste momento para reivindicar e cobrar ações tanto do governo estadual e do federal.

Parabéns deputado por sua colocação, eu quero aqui mais uma vez dizer que o seu trabalho é muito forte pela região e continue assim.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Eu agradeço o seu aparte e aproveito para dizer que v.exa. é autor de um pedido da comunidade do Verde Vale que estará aqui, a pedido do deputado Cesar Valduga, no dia 27 de agosto, trazendo os seus clamores.

Também, ontem, telefonei ao seu correligionário, Marcelo Werner, ex-vereador de Itajaí, atuante, que foi quem fez essa ponte com o mandato de v.exa., e pedi ao deputado João Amin, que é o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, para que nesse mesmo dia nós pudéssemos organizar uma audiência pública para tratarmos das questões da duplicação da Antônia Heil que vão impactar de maneira firme naquelas comunidades.

Da mesma forma, comunico ao deputado Leonel Pavan e o convido para estar presente a essa audiência pública como fiz ao deputado Serafim Venzon pela proximidade e representação que tem em toda a região.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Pois não deputado!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo, deputado Níkolos Reis, v.exa. assumiu algumas bandeiras aqui na Assembleia e neste tempo que está aqui já deixou a sua digital como um bom parlamentar e um defensor da nossa região.

Só quem passa por aquela rodovia sabe a dimensão da sua importância para economia daquela região. É uma rodovia curta de muito movimento. Infelizmente, ela não está sendo planejada para facilitar a mobilização daqueles que por ela se locomovem.

Do jeito que está sendo construída ela deverá dificultar ainda mais. Por isso, a audiência pública que o deputado Níkolos Reis está sugerindo, nós queremos estar presente. Uma audiência importantíssima porque é uma rodovia que não irá beneficiar a família daqui ou a família de lá, é uma rodovia que vai beneficiar todos.

Então, quero aqui dar os meus cumprimentos e dizer que essa rodovia merece todo o nosso apoio e certamente esta luta será uma luta vencedora, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Mais um minuto, sr. deputado, para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Obrigado, presidente, deputado Mario Marcondes. Quero dizer ao deputado Leonel Pavan, antes, porém, agradecê-lo pelo aparte, que é fundamental e determinante a presença de v.exa. nessa audiência pública. V.Exa. conhece a região como poucos, foi senador da República, governador do estado e a sua presença irá engrandecer enormemente, vai deixar aquela comunidade feliz e segura que a solução pode sair com mais eficiência.

Era o que eu tinha, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) -
Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem às vítimas das bombas atômicas de 1945.

Está encerrada a presente sessão.